

# A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NO ESTADO DE ALAGOAS

*THE BANALIZATION OF VIOLENCE IN ALAGOAS STATE*

*LA BANALIZACIÓN DE LA VIOLENCIA EN EL ESTADO DE ALAGOAS*

**José Enes Alves Braga Júnior<sup>1</sup>**

*Universidade Federal de Alagoas – UFAL*

**Wellington Amancio da Silva<sup>2</sup>**

*Universidade Federal de Alagoas – UFAL*

---

<sup>1</sup> Graduando em História, Universidade Federal de Alagoas, membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura. E-mail: [juniorfenrir@hotmail.com](mailto:juniorfenrir@hotmail.com)

<sup>2</sup> Mestre pela PPGecoH-UNEB – Professor Auxiliar da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: [wellington.silva@cedu.ufal.br](mailto:wellington.silva@cedu.ufal.br)

## Resumo

Neste artigo é discutida a violência a partir de dois filósofos alemães Theodor W. Adorno e Hannah Arendt, aquele define a violência como um meio de manifestar à desumanidade e criar uma resistência ao outro; esta, que destruirá a sociedade, e se for “legalizada” pelo Estado se tornara comum; as ideias de esclarecimento, moral, política e “paz eterna” do filósofo prussiano Immanuel Kant refletem a respeito da submissão ou libertação das pessoas. As análises das violências são focadas nos contextos nacional e alagoano durante o período de 2005-2015, o embasamento é a partir dos dados do Mapa da Violência de 2017 e da Secretária de Estado da Segurança Pública de Alagoas. As estatísticas apresentadas demonstram o quanto a desumanização banalizou-se no estado nordestino, essa cresceu e não cessou entre 2005 e 2015, os métodos empregados são as análises conceitual e historiográfica ao mesmo tempo em que refletimos sobre dados estatísticos. Conclui-se que o investimento no social pode servir de antídoto à crueldade crescente em Alagoas, entretanto, o descaso faz com que esse sirva de exemplo de como banalizá-la.

**Palavras-chave:** Violência. História da Violência. Violência no Brasil. Violência em Alagoas.

## Abstract

In this article violence is discussed from two German philosophers Theodor W. Adorno and Hannah Arendt, who defines violence as a means of manifesting inhumanity and creating resistance to the other; this, which will destroy society, and if it has been "legalized" by the state it has become common; the ideas of enlightenment, moral, political and "eternal peace" of the Prussian philosopher Immanuel Kant reflect on the submission or liberation of the people. The analyzes of violence are focused on the national and Alagoan contexts during the period 2005-2015, based on data from the Map of Violence of 2017 and the Secretary of State for Public Security of Alagoas. The statistics presented demonstrate how much dehumanization has become commonplace in the Northeastern state, it has grown and did not cease between 2005 and 2015, the methods used are the conceptual and historiographic analyzes while reflecting on statistical data. It is concluded that investment in the social can serve as an antidote to the growing cruelty in Alagoas, however, neglect makes it serve as an example of how to trivialize it.

**Keywords:** Violence. History of Violence. Violence in Brazil. Violence in Alagoas.

## Resumen

En este artículo se discute la violencia a partir de dos filósofos alemanes Theodor W. Adorno y Hannah Arendt, aquel define la violencia como un medio de manifestar a la inhumanidad y crear una resistencia al otro; ésta, que destruirá la sociedad, y si es "legalizada" por el Estado se ha vuelto común; las ideas de esclarecimiento, moral, política y "paz eterna" del filósofo prusiano Immanuel Kant reflejan acerca de la sumisión o liberación de las personas. Los análisis de las violencias se enfocan en los contextos nacional y alagoano durante el período 2005-2015, el fundamento es a partir de los datos del Mapa de la Violencia de 2017 y de la Secretaria de Estado de la Seguridad Pública de Alagoas. Las estadísticas presentadas demuestran cuánto la deshumanización se banalizó en el estado nordestino, esa creció y no cesó entre 2005 y 2015, los métodos empleados son los análisis conceptuales e historiográficos al mismo tiempo que reflexionamos sobre datos estadísticos. Se concluye que la inversión en el social puede servir de antídoto a la crueldad creciente en Alagoas, sin embargo, el descuido hace que éste sirva de ejemplo de cómo banalizarla.

**Palabras claves:** Violencia. Historia de la Violencia. Violencia en Brasil. Violencia en Alagoas.

## 1. Introdução

Adorno apresenta a violência em Auschwitz como a expressão de uma atitude pessoal em determinados momentos (autoritarismo e genocídio deste período são referências para ações violentas atuais), contudo, a educação básica (principalmente a infantil) é uma solução contra a barbárie; Arendt discute a conjuntura do século XX e a violência política unida ao avanço tecnológico bélico, essa serve duas coisas: intimidar e é um fenômeno do poder pois pode destruir a sociedade. O esclarecimento kantiano através da razão fará com que as pessoas questionem e libertem-se ao invés de se prenderem por causa de ideologias proibitivas de pensar; a moral são as regras que dizem como se comportar em coletivo, essa pode servir, segundo Kant, aos interesses individuais ou coletivos; a política é o conjunto de normas de uma coletividade, porém, quem as cria é o “homem da lei” de acordo com suas intenções. As análises das violências institucionais a níveis Brasil e Alagoas são feitas de acordo com crimes violentos letais e intencionais do Mapa da Violência que são expressadas em gráficos, contribuem para a vulgarização dos atos violentos.

## 2. A violência em Adorno: conceito de violência como revelação da barbárie e de resistência ao outro

Adorno (1995, p. 117) diz que “a exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação [...] ela precede quaisquer outras que creio não ser possível nem necessário justificá-la”. Uma das formas de se entender a violência como a ação de uma pessoa, a característica é a curta duração, é a análise de Adorno (1995) sobre o limite social provocado pelos nazistas no contexto do Holocausto. Logo, o comportamento autoritário e genocida daquela época serve de base na análise dos diversos modos da violência atual.

Auschwitz é o nome dado aos campos de concentrações nazistas localizados ao sul da Polônia, estes foram as maiores estruturas do Terceiro Reich durante a Segunda Grande Guerra Mundial. Segundo o Museu Estadunidense Memorial do Holocausto, as construções começaram em maio de 1940, e até 1945 foram expulsos aproximadamente 1,3 milhão de pessoas para aqueles campos, 1,1 milhão de prisioneiros foram assassinados; Auschwitz II – Birkenau foi construído em 1941 e tinha o maior número de encarcerados, o extermínio de judeus se dava por intermédio de câmaras de gás mascaradas/sala de desinfecção com vários chuveiros, o gás jogado nos prisioneiros de guerra era o Zyklon B; Auschwitz III – Monowitz foi arquitetado em 1942, esses eram utilizados em trabalho escravo em uma fábrica de borracha. Portanto, nesses campos morreram em torno de quatro milhões daqueles.

O texto *Educação após Auschwitz* reflete sobre como evitar a repetição de Auschwitz investindo na educação, este tema é complexo e a discussão é elementar à educação nas diversas sociedades. Para o autor, um diagnóstico social é possível graças à relação de representação, seus fundamentos e suas consequências em torno do Holocausto. Existe a falta de consciência da população a respeito do genocídio nos campos de concentrações, isto fica claro ao se menosprezá-lo e interpretá-lo como algo inútil, além da minimização com números e a simplificação de uma série de violências: xenofobia e anulação dos outros são dois exemplos. O filósofo acredita que a explicação está em quem pratica a violência, não em quem é atacado, pois estes morreram por causa daqueles, deste modo é necessário analisar os meios pelos quais os algozes praticaram-nas e mostrá-las como formas de conscientização objetivando impedir os atos violentos.

A educação após Auschwitz traz duas questões à tona: primeira, a educação básica, principalmente a infantil, é o espaço em que há a construção de toda a formação moral do indivíduo, inclusive a do criminoso, por isto o investimento naquela pode ser a chave para evitar outro genocídio; segunda, deixar claro os métodos fascistas com o objetivo de esclarecer, evitar a volta da crueldade e desconstruir os sentimentos discriminatórios:

Quando falo de educação após Auschwitz, refiro-me a duas questões: primeiro, à educação infantil, sobretudo na primeira infância; e, além disto, ao esclarecimento geral, que produz um clima intelectual, cultural e social que não permite tal repetição; portanto, um clima em que os motivos que conduziram ao horror tornem-se de algum modo consciente (ADORNO, 1995, p. 122).

Os “vínculos/ausências de compromissos” são citados por pessoas que têm posicionamentos contrários à repetição de eventos passados. Aqueles convertem-se no que o autor chama de passaporte moral, ou seja, alguém que objetiva ser confiável e passa a obedecer e perde sua liberdade, além de se tornar carrasco por ficar ao lado do poder. Assim, segundo o filósofo, a autonomia, e não “os compromissos”, é um meio que pode gerar uma solução contra o autoritarismo:

É plausível para o entendimento humano sadio evocar compromissos que detenham o que é sádico, destrutivo, desagregador, mediante um enfático "não debes". Ainda assim considero ser uma ilusão imaginar alguma utilidade no apelo a vínculos de compromisso ou até mesmo na exigência de que se restabeleçam vinculações de compromisso para que o mundo e as pessoas sejam melhores (Ibid., p. 123).

Adorno finaliza destacando a volta do nacionalismo e uma mudança na conjuntura para o ressurgimento de outro massacre. Os nacionalistas atuais são coléricos e sentem-se no dever de se convencerem, e aos outros também, de que o nacionalismo ainda é forte e vigoroso. Então, isso é violento, exclusivista, manifesta à barbárie e, por causa da globalização que os conectou ao mundo, espalhou-se fácil.

### **3. A violência em Hannah Arendt: violência como ruína da sociedade**

O livro *Da Violência* discute a conjuntura e a violência no século XX. Baseada em Lênin, afirma que o século XX é o período de guerras e revoluções. A autora destaca o progresso tecnológico bélico como elemento essencial das superpotências, a guerra passou de juiz das lutas armadas entre países para um jogo de xadrez entre as superpotências. O objetivo da corrida armamentista não é vencer, e intimidar.

Arendt (1969) questiona a ação violenta na política ao problematizar a expressão do poder e afirma que a violência é uma revelação desse, ela cita alguns teóricos políticos e os divide em: os que acreditam na política e na ordem e os que, tão-só como instrumentos opressivos. Debate a natureza da autoridade como característica do controle, cita um trecho do livro *La Nozione Delto*, de Alessandro Passerin d’Entreves, em que este afirma que o cano de uma arma detém poder superior e não há diferença entre a ordem dada por um policial e um ladrão:

Se a essência do poder é a efetividade do domínio, não existe então nenhum

poder maior do que aquele que provém do cano de uma arma, e seria difícil dizer “de que maneira a ordem dada por um policial é diferente daquela dada por um bandido armado. (ARENDDT, 1969, p. 23).

Para d’Entreves, o controle é um elemento indispensável para os dominadores.

A filósofa caracteriza a violência dele como moderada, os outros escritores têm-na como uma amostra do poder, entretanto, no final não há diferença entre as descrições das opressões: “[...] ao passo que os autores citados [...] definem a violência como a mais flagrante manifestação de poder, Passerin d’Entreves define o poder como um tipo de violência mitigada. Na análise final, o resultado é o mesmo” (Ibid., p. 23).

Poder, força, autoridade e violência são palavras com significados diferentes, expressam-se de formas diferentes e ligam-se. Estas são usadas como sinônimas, entretanto não são. Hannah Arendt (1969) defende que os diferentes contextos em que são introduzidas podem gerar novas conceituações, porém, o que está em jogo não são significações pois isto não tem importância e sim o destaque da característica dos meios nos quais o homem domina o homem: “[...] Poder, força, autoridade, violência – nada mais são do que palavras a indicar os meios pelos quais o homem governa o homem; são [...] consideradas sinônimos por terem a mesma função” (Ibid., p. 27).

O poder está relacionado à capacidade humana de fazer alguma coisa em conjunto, ou seja, está ligado a um grupo. Quando alguém está no poder, por exemplo, em uma democracia representativa como a brasileira, os governantes instituídos de poder pelo povo governam-nos com “seus consentimentos”, porém, se a população/coletivo se recusar a votar, então não servirão aos representantes políticos e o Estado reprimira.

A força é utilizada como sinônimo de violência, um caso de coerção por exemplo: devolução da ordem preestabelecida pelo Estado numa situação caótica. A autoridade pode se ligar as pessoas (autoridade pessoal): relação pai-filho, padre-fieis e coronel-capitão, o aspecto desta é o controle sobre o corpo do outro, portanto, não há desobediência, não há repressão.

A violência é uma ferramenta indispensável para quem quer dominar o outro, o Estado a usa através da repressão institucionalizada (Forças Armadas Terrestres-Aéreas-Marítimas e Polícias). Com base nisso, a autora diz que a violência e o poder são antagônicos, todavia, ao falarmos a respeito de governo-coerção-obediência podemos igualar o poder à violência.

O poder e a violência se opõem: onde um domina de forma absoluta, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder esteja em perigo, mas se deixar que percorra o seu curso natural, o resultado será o desaparecimento do poder. Tal coisa ‘significa que não é correto pensar na não-violência como o oposto da violência; falar do poder não-violento é realmente uma redundância, a

violência pode destruir o poder, mas é incapaz de criá-lo' (ARENDR, 1969, p. 35).

Desta forma, a autora destaca que a violência caminha ao encontro do poder e não se iguala ao mal, e não é originário desse, diz também que para entender o controle/poder, devemos pesquisar as origens e a essência desses.

#### **4. Esclarecimento em Kant**

O filósofo Immanuel Kant era iluminista, filósofo prussiano e autor de livros como “crítica da razão pura” e “crítica da razão prática”, ele critica o ser humano por sua infantilidade (dependência de outro) e as causas são a preguiça e a covardia. O homem que depende doutro não pensa, critica ou tem autonomia, isto faz com que dependa do “diretor espiritual”, alguém que “pensa” por dois. Isto o torna “gado” ou “massa de manobra” (pessoa acrítica, sem autonomia e reprodutora de ideias).

Esclarecimento [...] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a capacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem (KANT, 2011, p. 63).

Por conseguinte, o homem é apaixonado pela sujeição, ou seja, as regras e os modelos preestabelecidos são grilhões que prendem e impedem à superação da infantilidade. O iluminista afirma que um povo pode se autoesclarecer, as possibilidades aumentam conquistando a liberdade, tanto do lado destes quanto dos tutores. “Seres pensantes” conseguem desatar as amarras e serem “independentes”. Assim, “o interessante nesse caso é que o público, que anteriormente foi conduzido por eles a este jugo, obriga-os daí em diante a permanecer sob ele, quando é levado a se rebelar por alguns de seus tutores que, eles mesmos, são incapazes de qualquer esclarecimento [...]” (KANT, 2011, p. 65).

Um povo pode voltar-se contra os pensadores que estão lendo e as bases destes, o esclarecimento é o caminho para atingir a conscientização, todavia, as pessoas carecem da liberdade ilimitada. O autor cita exemplos da liberdade limitada por um “diretor espiritual”:



Ouçó, agora, porém, exclamar de todos os lados: *não raciocineis!* O oficial diz: não raciocineis, mas exercitai-vos! O financista exclama: não raciocineis, mas pagai! O sacerdote proclama: não raciocineis, mas crede! (Um único senhor no mundo diz: *raciocinai*, tanto quanto quiserdes, e sobre o que quiserdes, *mas obedeci!*) Eis aqui por toda a parte a limitação da liberdade (KANT, 2011, p. 65).

A razão deve ser livre, o autoesclarecimento é o resultado da pratica dessa em público, ou seja, o uso daquela por uma “pessoa sábia” na frente do *mundo* letrado. A razão dividiu-se em privada e pública: a primeira é tutelada por alguém por meio de um emprego; a segunda, livre para expor os discursos e opiniões para “pessoas estudadas”.

Aquela é uma prisão, um indivíduo é regado a acordos preestabelecidos e expressa-se conforme ordenado e sem questionar: um tenente que fala em um quartel em nome de um coronel é um exemplo, ele falará de acordo com o “combinado”; nesta, há liberdade de expressão, o autor utiliza-se do termo “sábio” definindo um indivíduo que se expressa a uma multidão e está despreocupado com normas ou/e obrigações que o acorrentem, ele está “livre” para pensar, discursar e questionar.

O esclarecimento pode ser conquistado de forma autônoma ou tutelada, o homem convivendo coletivamente ainda não compreendeu como não depender de outro para:

[...] fazer uso seguro e bom de seu próprio entendimento sem serem dirigidos por outrem. Somente temos claros indícios de que agora lhe foi aberto o campo no qual podem lançar-se livremente a trabalhar e tornarem progressivamente menores os obstáculos ao esclarecimento geral ou à saída deles, homens, de sua minoridade, da qual são culpados. Considerada sob este aspecto [...] a época do esclarecimento [...] (KANT, 2011, p. 70).

O esclarecimento é a consequência do rompimento dos seres humanos das prisões ideológicas (um “mestre” guiando um “discípulo”) porque estas bloqueiam o caminho até àquele através de obstáculos criados para dificultar a vida dos “guiados”, a superação dessas tem como resultado a liberdade de expressão e a emancipação dos sujeitos. Do contrário, a humanidade será levada à servidão e legitimação da barbaridade.



## 5. A moral, a política e a paz perpétua

Kant define a moral como as normas que definem o comportamento dos povos (o dever), a política é meio pela qual esse é praticado. Teoria e prática, respectivamente. A política para ele é “[...] uma *doutrina* geral da *sabedoria* [...] uma teoria das máximas para escolher os meios mais adequados a trazer vantagem às nossas intenções premeditadas, o que vem a ser negar em suma a existência de uma moral” (KANT, 2011, p. 79).

Ele afirma ser insuficiente que todos os homens, individualmente, queiram viver sob uma constituição legal com base na liberdade porque uma comunidade precisa expor suas vontades para se chegar a essa. A soma das vontades conseqüentemente utiliza a força, a luta pelo direito comum e a vigência desse, não há muita esperança que os direitos do povo sejam inalterados e/ou sancionados sem mudanças, os “homens da lei” têm interesses e não legislarão em prol do povo, não permitirão que as pessoas participem da elaboração das leis quando chegarem ao poder. Conseqüentemente, um Estado impopular usará o seu aparelho repressor para manter a ordem, o direito comum será trocado pelo particular:

Sem dúvida, quando não existe liberdade nem lei moral fundada nela, mas tudo que acontece, ou pode acontecer, é puro mecanismo da natureza, a política (enquanto arte de utilizar este mecanismo para o governo dos homens) equipara-se à sabedoria prática inteira e o conceito de direito é uma ideia desprovida de conteúdo (KANT, 2011, p. 81).

O filósofo diz ser imprescindível unir a moral e a política, a primeira limita a segunda, e existe dois tipos de políticos: o político moralista e o moralista político: o primeiro desenvolve o princípio da sabedoria do Estado que está de acordo com uma moral; o segundo “inventa” uma moral de acordo com interesses privados. Os políticos moralistas erram nas administrações e adquirem experiência com os erros; os moralistas políticos acreditam em uma “natureza humana”, esta não permitirá que se atinja o bem, isto abre espaço para as leis serem violadas segundo Kant.

O autor diz que os falsos representantes são indivíduos que chegam ao poder e iludem outros através da tirania, afirma também que devemos fazer os “falsos representantes” dos países desenvolvidos declararem que se utilizam da força para conseguirem benefícios, isto serve como meio de desiludir e revelar um engano cometido

a si mesmo e aos outros, descobrir o princípio supremo do qual deriva a

intenção da paz perpétua e mostrar que todo o mal que constitui para ele um obstáculo deriva do fato de que o moralista político começa no ponto em que de modo justo termina o político moral, e submetendo assim os princípios ao fim [...] faz malograr suas próprias intenções de conciliar a política com a moral (KANT, 2011, p. 86).

Os “representantes do povo” podem admitir que estão sendo cruéis, para isso a ilusão que os engana e aos outros deve ser trazida à luz, além de buscar a origem da “paz eterna”. Kant defende que os indivíduos são impedidos a partir do nascimento do moralista político e da morte do político moralista, este utiliza da política e da moral; aquele, violência e ordem. Há dois princípios: o material, do político moralista, e o formal, do moralista político, a diferença é o meio pelo qual se atingirá à “paz eterna”, o primeiro adquire conhecimento sobre o que é elementar e o resultado é o fim desejado, o segundo é um fim em si, fracassa, pois o princípio é o fim.

As saídas são o esclarecimento, resultado positivo do rompimento com a “viseira ideológica”, que ofusca o conhecimento e impede a sociedade de adquiri-lo, e uma política moralista, que vão ao encontro da moral e da razão e as leis são aplicadas para o bem da população, o filósofo (2011, p. 88) finaliza expressando: “Procurai primeira o reino da razão pura e prática e sua *justiça*, e então vos será dada por si mesma vossa finalidade (o benefício da paz perpétua)”.

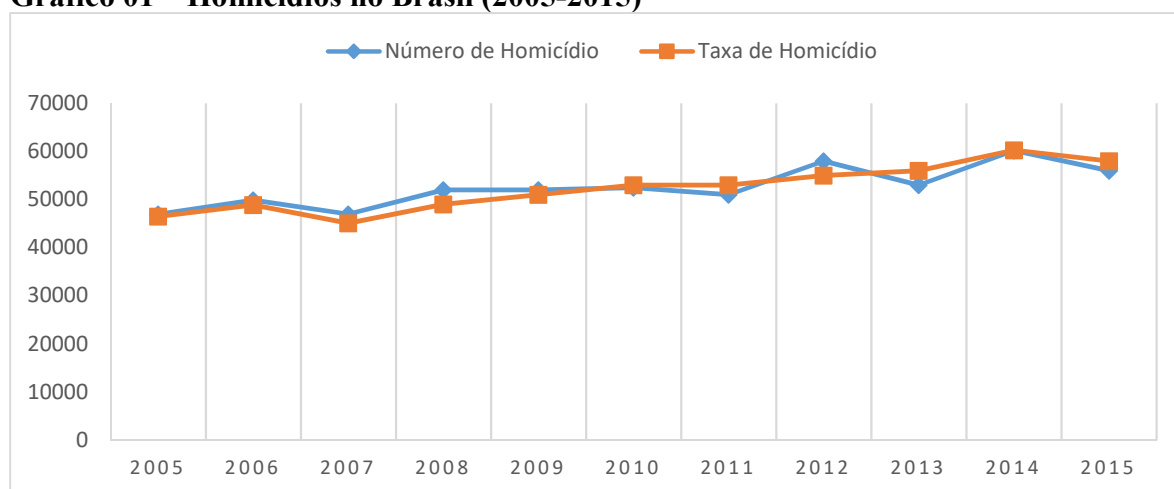
## **6. Análise da violência no contexto brasileiro: o significado da violência dos documentos oficiais**

Em janeiro de 2017, o Brasil passou por uma rebelião em um presídio na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, morreram aproximadamente sessenta presidiários. Algumas semanas após a rebelião na Região Norte do país, outra rebelião foi confirmada no Rio Grande do Norte, na capital Natal, na Penitenciária Estadual de Alcaçuz, deixando quase trinta mortos. Todas essas mortes nas prisões brasileiras evidenciam a crise no sistema carcerário brasileiro.

Em fevereiro do mesmo ano, a Polícia Militar do Estado do Espírito Santo entrou em greve, esta perdurou por quase um mês; o estado do Sudeste entrou em emergência e aproximadamente duzentas pessoas morreram, as Forças Armadas Terrestres e a Nacional foram chamadas para reestabelecer a ordem. Alguns ônibus foram queimados na cidade de Fortaleza por facções criminosas meses depois.

O Estado brasileiro demonstra o seu descaso, ineficiência e precarização com a segurança pública, além da ausência de políticas públicas para essa área. O país passa por uma crise na segurança pública que se agrava há anos devido ao sucateamento da segurança pública e a negligência dos “representantes do povo”. Segundo o Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde: “Em 2015 houve 59.080 homicídios no Brasil – o que equivale a uma taxa por 100 mil habitantes de 28,9. Este número de homicídios consolida uma mudança de patamar neste indicador na ordem de 59 a 60 mil casos por ano, e se distânciada das 48 mil a 50 mil mortes ocorridas entre 2005 e 2007, conforme destacado no Gráfico [01]”.

**Gráfico 01 – Homicídios no Brasil (2005-2015)**



Fonte: Mapa da Violência 2017, do Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Os números expressos no Gráfico 01 destacam a violência crescente no Brasil entre os períodos de 2005-2015. As autoridades das esferas federal, estadual e municipal estão negligenciando a situação que só cresce. Esta conjuntura gera problemas socioeconômicos para o país, “lugares violentíssimos” sofrem com a intervenção federal, nestas áreas a educação, a economia, o lazer e o direito de ir e vir são afetados a partir do fechamento das escolas e dos comércios, interrupção de ruas, troca de tiros entre militares e traficantes.

Muitas das comunidades, por exemplo, são dominadas pelos últimos; na segurança, todos os dias somos bombardeados por notícias mostrando as estatísticas de policiais que matam e/ou morrem, existe o caso não resolvido do pedreiro Amarildo morto por policiais das UPPs (Unidade de Polícia Pacificadora), ele desapareceu após uma abordagem policial e depois encontram-no morto. As pessoas são atingidas (in)diretamente pelas violências institucionalizada e não institucionalizada.

A Tabela 01 mostra um dado emblemático, a juventude masculina, 15 a 29 anos, morre mais do que a feminina. No ano de 2015, aquela morreu, 53% do total de óbitos, quase quatro vezes mais que esta, 14,8%. A juventude ocupa o primeiro lugar em morte por homicídio, a faixa etária de 15 a 29 anos é a que mais está em situação de perigo. Outro dado preocupante na ilustração são as idades de 10 a 14 anos porque ultrapassam as idades de 40 a 69 anos (os primeiros, 17,3%, e os últimos, variam entre 12,8% e 0,9%). Logo, ser mais jovem é perigoso principalmente se este for pobre, negro e de comunidade afastada do centro, nesta o Estado é mínimo e há intervenção militar.

**Tabela 01 – Proporção de óbitos causados por homicídios, por faixa etária – Brasil, 2014**

	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos	60 a 64 anos	65 a 69 anos	Total
Masculino	17,3%	53,0 %	49,0%	40,7%	31,7 %	21,0%	12,8%	7,2%	4,4%	2,3%	1,3%	0,9%	7,9%
Feminino	8,6%	14,8 %	14,0%	12,3%	8,1%	4,8%	2,9%	1,7%	0,7%	0,5%	0,2%	0,1%	0,9%
Total	14,0%	46,2 %	43,2%	34,7%	25,7 %	16,1%	9,5%	5,3%	3,1%	1,6%	0,9%	0,6%	4,9%

Fonte: Mapa da Violência 2017, do Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Adorno discute a falta de consciência da sociedade em relação aos homicídios causados pelos alemães e a diminuição da situação através de números e Arendt, a violência institucional como instrumento opressivo e intimidador. As mídias tradicionais conservadoras propagam diariamente diversos casos de assassinatos e roubos em todo o território nacional: “policiais matam X bandidos na comunidade Y”, “bandidos roubam e matam várias pessoas em loja Z”, “ataque terrorista no Oriente Médio deixa W mortos” ... Assim, trazendo para o contexto brasileiro, os números banalizam a violência ao mostrar que esta não para de crescer tornando-a comum, talvez as pessoas “acostumem-se” e “desistam” de procurar e lutar por uma solução, isto oculta os verdadeiros problemas e quem os causa.

## 7. Análise no contexto de Alagoas: as diversas formas de violência

Os Estados do Norte e do Nordeste ocuparam por muito tempo as primeiras posições dos estudos sobre taxas de homicídios. Entre 2005-2011, governo de Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), a violência cresceu no estado nordestino de Alagoas, porém, de 2012 a 2015, último mandato desse e início do governo Renan Vasconcelos Calheiros Filho (MDB-AL), as taxas diminuíram, e continuaram altas.

Alagoas está entre os mais violentos do Brasil, de acordo com a Tabela 02 acima, a violência estava maior nos últimos anos (2013-2015) do governo neoliberal do governador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), as políticas neoliberais e a falta de investimento no público ajudaram a aumentar a violência.

**Tabela 02 – Número de homicídios em Alagoas e no Brasil, 2005 a 2015**

	Número de Homicídios											Variação	
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2005 a 2015	2014 a 2015
Brasil	48136	49704	48219	50659	52043	53016	52807	57045	57396	60474	59080	22,7%	-2,3%
Alagoas	1203	1620	1836	1887	1873	2087	2244	2046	2148	2085	1748	45,3%	-16,2%

Fonte: Mapa da Violência 2017, do Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

**Tabela 03 – Crimes Violentos Letais e Intencionais em Alagoas (2013-2015)**

Anos	Meses												Total	Média/dia
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
2013	196	171	216	182	185	182	170	150	180	185	214	232	2263	6.20
2014	222	191	191	220	201	168	174	134	159	158	193	188	2199	6.02
2015	208	158	144	142	134	149	145	134	129	139	146	176	1804	4.94

Fonte: Secretária de Estado da Segurança Pública de Alagoas.

**Tabela 04 – Crimes Violentos Letais e Intencionais por Sexo em Alagoas (2015)**

Sexo	Percentual
Masculino	94,7%
Feminino	5,3%
Total	100.00%

Fonte: Secretária de Estado da Segurança Pública de Alagoas.

**Tabela 05 – Crimes Violentos Letais e Intencionais por Idade em Alagoas no período de janeiro a dezembro de 2015**

<b>Idade</b>	<b>Percentual</b>
Igual ou abaixo de 11 anos	0,4%
Entre 12 e 17 anos	12,5%
Entre 18 e 29 anos	47,9%
Entre 30 e 45 anos	25,6%
Entre 46 e 59 anos	8,2%
Igual ou acima dos 60 anos	2,5%
Sem informações	2,8%
Total	100.00%

Fonte: Secretária de Estado da Segurança Pública de Alagoas.

**Tabela 06 – Crimes Violentos Letais e Intencionais por Ambiente em Alagoas no período de janeiro a dezembro de 2015**

<b>Ambiente</b>	<b>Percentual</b>
Vias ou locais públicos	53,2%
Casa ou imediações	40,4%
Locais ermos	4,3%
Outros locais	2.2%
Total Geral	100.00%

Fonte: Secretária de Estado da Segurança Pública de Alagoas.

A Tabela 03 mostra que durante o governo neoliberal, o índice de crimes violentos esteve alto: 2013, 6,2; e 2014, 6,02; em 2015, governo Renan Filho (MDB/AL), caíram para 4,94, queda maior que nos períodos anteriores, entretanto alto; as Tabelas enaltecem as mortes por sexo (Tabela 04): de 100%, os homens ocupam 94,7%; por idade (Tabela 05): os jovens de 18 a 29 anos ocupam quase 47,9%; e por ambiente (Tabela 06): as vias e locais públicos estão

com 53,2%. Assim, a mudança de governo com, provavelmente, estado mais presente e investimento no público reduziram um pouco as ações violentas.

Em 2015, o MEC (Ministério da Educação) divulgou o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) de Alagoas: o pior índice no ensino fundamental é de Maragogi (3,2), já no ensino médio: Campo Grande (2,1), Olho D'Água Grande (2,1) e Porto das Pedras (2,1), no mesmo ano, a educação básica pública em Alagoas ultrapassou a média para o Estado, 3,7; e atingiu 4,3. Então, os índices negativos na educação trazem à tona o quanto o governo estadual e os municipais estão ausentes na aplicação da educação pública.

As polícias civil e militar de Alagoas, tanto fora quanto dentro de serviço, ajudam a piorar os atos violentos, aqueles e estes mataram em serviço e fora 97 pessoas em 2015, e 77 em 2014. Não houve diminuição da violência institucionalizada entre a mudança de governo no biênio 2014-2015, mas aumentou 60 mortes (Tabela 07).

**Tabela 07 – Mortes decorrentes de intervenção policial**

Brasil e Unidades da Federação		Mortes Decorrentes de Intervenção Policial					
		Em serviço Número Absoluto		Fora de Serviço Número Absoluto		Total Número Absoluto	
		2014	2015	2014	2015	2014	2015
Ano:							
Brasil		1774	1778	391	455	3146	3320
Alagoas		62	92	7	-	77	97

Fonte: Mapa da Violência 2017, do Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Segundo o historiador Majella (2006, p. 50 *apud* MENEGHETTI, 2011, p. 5), a ligação entre violência policial e repressão política são essenciais para formar instituições repressoras como a polícia:

[...] caracterizando-se, sua atuação, por execuções sumárias, torturas, espancamentos e coações que faziam parte do seu repertório para atender a interesses econômicos e políticos privados encontrando guarida nas instituições do Estado. As organizações dessa natureza de crime ficaram conhecidas por várias denominações, entre elas: “sindicato do crime”, “esquadrão da morte” e “sindicato da morte”, sendo esta última a mais conhecida em Alagoas.



A história de Alagoas é marcada pela violência institucional e muita opressão, a polícia alagoana pode ter sido instrumentalizada historicamente por pessoas motivadas por interesses político-econômicos, alguns exemplos da violência por intervenção policial pós-redemocratização são: na década de 1990, a morte do delegado Ricardo Lessa, irmão do ex-governador Ronaldo Lessa, e da deputada Ceci Cunha; violência mais atual: os cemitérios clandestinos encontrados na capital Maceió, o caso do jovem Davi da Silva que desapareceu após uma abordagem policial defronte à sua casa. Portanto, o estado de Alagoas tem um histórico de violência policial que perdura há décadas, esta é sustentada por causa interesses de pessoas ligadas aos velhos clãs que dominam aquele.

## **8. Considerações finais**

A violência é uma ação que a força é empregada contra alguém, Auschwitz é um exemplo para refletirmos sobre a barbárie na história da humanidade, Adorno afirma que o investimento na educação básica, infantil principalmente, é importante porque a criança está se desenvolvendo e aprendendo, ao ensinar e mostrar para a criança que aquilo foi posto em prática graças ao ódio de indivíduos contra outros, isto pode esclarecê-la e impedi-la de compactuar com a brutalidade. O século XX é o século das duas Grandes Guerras Mundiais, a Guerra Civil Espanhola, a Revolução Russa, a Mexicana, a Cubana etc., empresas bélicas lucraram com essas ao vender armas para ambos os lados.

Arendt discute atos violentos no campo político, a política e a ordem são mecanismos opressivos e o poder revela à brutalidade, o Estado aterroriza através desse e impõe a obediência. Todo poder é violento, segundo a filósofa alemã. O Estado preestabelece uma ordem que é afirmada através das leis para que todos (con)vivam de forma “harmoniosa” e “pacífica”, e ao tirá-la, o aparato repressor entra em cena para restabelecê-la.

O Brasil passou pela violenta colonização, milhões morreram nos quase trezentos anos (1532-1815) dessa, índios e africanos foram os que mais morreram, foi também o último país a abolir a escravidão e passou por governos militares e civis no Estado Velho e no Novo, tem uma polícia criada em uma ditadura que mata muito e morre muito também. O país com dimensões continentais tem uma história marcada por diversas violências, principalmente durante as instabilidades políticas-econômicas.

O estado de Alagoas já teve uma das cidades mais violentas do mundo, a capital Maceió, esta é referência no que diz respeito a ações violentas, na sua história existe muita agressividade

de colonizadores, coronéis, usineiros, milicianos, traficantes e descasos do Estado. Os governantes alagoanos tratam o setor público com descaso e a falta de políticas públicas ajudam a tornar Alagoas um dos piores estados para se viver: educação sem qualidade, saúde e transporte público precários, analfabetismo e feminicídio altos, violência policial etc.

A ideia de esclarecimento é importante para pensarmos uma sociedade crítica e entendida da própria realidade, a razão pode libertá-la da caverna, romper com as correntes ilusórias e as viseiras da irrealidade que a impede de pensar, ser autônoma e crítica, muitas vezes com propósitos de beneficiar um grupo ou pessoa. Ele põe a culpa no próprio indivíduo adjetivando-o de preguiçoso e covarde, mas, não menciona que o poder corrompe os seres humanos, os sujeitos lutam entre si e fazem acordos para consegui-lo, este traz privilégios para quem o detém, os detentores desse põem milhões de vidas em jogo por causa de interesses individuais de uma minoria em detrimento dos da maioria; o quarto poder/mídia tem papel elementar dentro da coletividade, informa ou desinforma, ligam-se aos governos para reproduzir interesses de pessoas poderosas com intenção de manipular e privilegiar alguns.

Kant divide os políticos em moralista político e político moralista, este tem uma moral que está ligada à justiça, conseqüentemente ficará mais sábio ao aprender errando e fará o “bem”; aquele, a moral liga-se aos interesses “individuais” e nunca farão o “bem”; o segundo utilizará o “direito”, o primeiro, a violência. Os dois objetivam a “paz eterna” e o modo de se chegar a esta são os princípios materiais (moralista político) e os formais (político moralista), aquele é um meio pelo qual se atinge o “fim desejado”, este, é o começo-fim e a consequência é o “fim indesejado”. O Estado é violento e tem meios repressivos para se manter vivo, qualquer um que adentrar por meio “democrático” ou ditatorial será violento em algum momento.

Então, o investimento social traz benefícios, mas, se negligenciado, pode causar um estrago, talvez, irreparável: crianças em situação de rua podem entrar para o tráfico de drogas de determinada região por não ver um futuro e viver em condições desumanas, a precarização do básico (educação, saúde, saneamento e transporte) por negligência estatal e a outra violência, a polícia, ajuda a piorar a situação das pessoas em condições desumanas pois gera um ódio que pode fazer com que as ideias perigosas (Auschwitz) fortaleçam-se dentro de um espaço não esclarecido.

Uma maneira de combater essas é uma educação crítica que objetive o esclarecimento e a autonomia; hospitais com estrutura para atendê-las decentemente; saneamento básico e transporte público de qualidade; moradias para os que não as têm; desmilitarizar a polícia militar e esclarecer os policiais (civis, militares e federais) a respeito dos direitos humanos e o direito à vida, além de dar condições de trabalho e melhores salários.

A ausência disso gera crueldade, revolta e conflito, essas se manifestarão contra o Estado por causa da ausência e desinteresse desse no que se refere ao povo, a banalização acontece quando a barbaridade repete-se de maneira rotineira e torna-se comum, a não solução e “aceitação” das pessoas faz com que as ideologias preconceituosas e conservadoras ganhem espaço implantando a violência, o caos e impeçam de pensar.

## 9. Referências

ARENDDT, H. **Da violência**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1969.

ADORNO, T. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro/RJ, Paz e Terra, 1995.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Atlas da Violência*. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2017.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf)>. Acesso em: 03/07/2017.

KANT, I. **Textos seletos**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MENEGHETTI, F. K. Origem e fundamentos dos esquadrões da morte no Brasil. In: Encontro da ANPAD - EnANPAD, 35, 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** do Encontro da ANPAD 2011. Rio de Janeiro: ANPAD, 2011.

QEDU. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/estado/102-alagoas/ideb/ideb-por-municipios>> Acesso em: 15/07/2017.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS. **Boletim Anual da Estatística Criminal**. Disponível em: <[http://seguranca.al.gov.br/wp-content/uploads/arquivos/52\\_arquivos.pdf](http://seguranca.al.gov.br/wp-content/uploads/arquivos/52_arquivos.pdf)> Acesso em: 20/06/2017.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **Auschwitz**. Disponível em: <<https://www.ushmm.org/wlc/ptbr/article.php?ModuleId=10007961>> Acesso em: 01/06/2017.